

Ministro critica reserva de vagas nas universidades

Ampliação do acesso à universidade passa pela melhoria do ensino básico, diz Paulo Renato

DEMÉTRIO WEBER

BRASÍLIA – O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, condenou ontem o projeto de lei que reserva 50% das vagas das universidades públicas para estudantes que tenham cursado apenas escolas públicas. A proposta foi aprovada anteontem no plenário do Senado e seguirá para a Câmara dos Deputados. “A democratização do acesso ao ensino superior passa pela melhoria da escola pública”, declarou.

Paulo Renato defendeu investimentos para aumentar o número de alunos matriculados e melhorar a qualidade do ensino médio (antigo 2.º grau) e fundamental (antigo 1.º grau). “Essa é a verdadeira democratização”, disse ele, que considera o projeto um “paliativo” dentro da estrutura elitista e excludente do ensino brasileiro. O ministro pediu à assessoria jurídica que analise a constitucionalidade da proposta. No senado, o projeto foi votado apenas na Comissão de Educação e no plenário.

As declarações de Paulo Renato irritaram o correligionário e autor da proposta, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). “Os que combatem meu projeto não confessam, mas há um preconceito de classe”, afirmou Paes de Barros, lamentando não ter sido procurado pelo ministro

para discutir o assunto.

Para o senador, um dos efeitos da reserva de vagas é que a escola pública passará a atrair segmentos da classe média interessados na facilidade de ingresso no ensino superior. “Isso vai trazer a classe média, que tem mais condições de pressionar o governo”, afirmou Paes de Barros, que quer propor emenda à Constituição dispensando do vestibular os professores de 1.º e 2.º grau. Ele vai cobrar uma posição do PSDB sobre o tema: “Não vou aceitar ser torpedeado pelo ministro.”

Fazendo coro com Paulo Renato, o presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Éfrem Maranhão, criticou o projeto. “A universidade é uma

casa de meritocracia”, observou Maranhão, para quem os critérios de seleção devem levar em conta o mérito do candidato, desde que garantida a igualdade de condições. Segundo o presi-

dente do CNE, facilitar o acesso não garante que esses estudantes consigam chegar à formação. “Assim a universidade vai acabar virando uma escola de curso médio.”

O presidente da Câmara de Educação Superior do CNE, Roberto Claudio Bezerra, concordou. “Esse tipo de medida enfraquece a luta pela valorização da escola pública e provoca acomodação”, disse Bezerra, informando que uma experiência semelhante foi feita nos anos 70, quando 50% das vagas de veterinária e agronomia das universidades públicas foram reservadas para filhos de agricultores. “Durante o curso, o desempenho deles foi pior.”

Lindauro Gomes/AE

EXPERIÊNCIA
SEMELHANTE
FOI FEITA NOS
ANOS 70



Paulo Renato e Rui Berger: campanha para rádio e TV após dia 7